

A obra “*Ordem e progresso*” e a Mudança Social no Brasil

Maria José Rezende¹

1. Introdução

A obra *Ordem e progresso* esclarece, já no subtítulo, que tratará de duas transições: a do trabalho escravo para o trabalho livre e a da Monarquia para a República. O processo de desintegração da sociedade patriarcal e semipatriarcal no país fundamenta a análise de Freyre e constitui o dado essencial de sua reflexão sobre a mudança social ocorrida entre as três últimas décadas do século XIX e as duas primeiras do século XX. Por esta razão, ele destacava as dificuldades em interpretar um passado ainda muito recente “que por vezes se projeta sobre a atualidade nacional, tornando difícil separar o atual do histórico” (Freyre: 1962, p. IV).

Publicada pela primeira vez em 1957, *Ordem e progresso* inovava ao ter como eixo central a caracterização do estilo brasileiro de convivência que se estabeleceu durante a transição do trabalho escravo para o livre e da Monarquia para a República. Para ele, o processo de mudança somente poderia ser entendido através da conexão entre o passado íntimo e o passado público em vista de o primeiro ter sido fundamental no desenvolvimento do segundo (Bastos: 1986; Candido: 1993; Villas Boas: 1988). Freyre afirma que, sociologicamente falando, o passado íntimo fornece os elementos para compreender a estrutura psicossocial e o ethos brasileiro (Freyre, 1962, p.XXII). As mudanças geradas no país estariam, segundo ele, fundadas tanto na primeira quanto no segundo.

¹ Doutora em Sociologia/USP. Professora de sociologia/UDEL

O homem nacional só pode ser explicado através de sua vivência. A mudança social, para Freyre, constituía-se, então, a conjugação do íntimo com o público (Freyre: 1994;1961; 1977). A constituição do ser coletivo é buscada, na obra *Ordem e progresso*, em um modo de viver formado em diferentes tempos; daí a sua idéia de que o tempo da mudança é sempre composto e plural em suas substâncias "em virtude de predominâncias desiguais de regiões, classes, raças e culturas" (Freyre: 1962, p. XXIV) na formação do todo brasileiro.

Nessas condições, tornava-se fundamental apreender

as relações entre o mundo pessoal e o impessoal, dentro do qual se formou o mesmo indivíduo; sua simbiose com os espaços – o físico, o social, o cultural – pelos quais se estendeu sua vida de brasileiro ou sua atividade ou sua imaginação, numa época de transição como foi em nosso país, o fim do século XIX alongado no princípio do século XX (Freyre: 1962, p. XXXI).

É impossível apreender, no âmbito de um artigo somente, a complexidade da obra em questão. Desse modo, dar-se-á centralidade à problemática da desintegração, ordenação e conservação no processo de mudança social que se estabeleceu durante as décadas de passagem da Monarquia para a República.

2. A partir de quais pressupostos Freyre constrói sua análise da mudança social?

Em *Ordem e progresso*, ele esclarece que a sua reflexão sobre as mudanças sociais e as transições segue rigorosamente o seu método de análise que busca

penetrar a realidade social através do estudo direto de pessoas, tomadas isoladamente (biografias) ou em interação com outras (biografias sociológicas)²; através

² "fato, porém, é que o próprio Gilberto Freyre demonstra maior preocupação metodológica em *Ordem & progresso*, apontando, anos mais tarde, a vinculação entre esta obra e os primeiros trabalhos que utilizaram efetivamente a História de Vida como fonte primária na pesquisa social. Referia-se à possibilidade de reunir biografias individuais e delas desdobrar biografias coletivas, sendo a História a reunião ou quintessência destas biografias" (Anjos: 1996, p.32).

do estudo indireto dessas mesmas pessoas, pela análise de símbolos, palavras e estatísticas que lhes digam respeito; e por 'penetração simpática' (empatia)³ (...). É idéia por nós esboçada em trabalho já antigo: o nosso Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios (Freyre: 1957) (...). Sem empatia, não é possível o estudo do passado assim amplo e intenso a um tempo; social e pessoal. Estudo que nos transmita do passado humano um pouco do que nele foi valor vivo, símbolo vivo; ou existência, vivência, experiência condicionada por valores e símbolos (Freyre: 1962, p. XXXIII).

Somente através do estudo empático era possível, segundo ele, apreender os valores em transmutação, o que rompia com a estreiteza da análise descritiva, ou seja, positivista que supunha que a sucessão linear de fatos e acontecimentos explicavam a transformação do Brasil Monárquico em República. A reconstituição do passado somente poderia ocorrer através da penetração nos valores definidores da vida social em uma determinada época, pois são eles que tornam possível a compreensão da transição.

A sua abordagem sociológica visa a compreender, então, a:

história de grupos, instituições e pessoas e sendo, quanto possível, história natural, torna-se, de certa altura em diante, peculiarmente humana, social e cultural através não da simples descrição, mas também da compreensão, pelo sociólogo, dos fenômenos sociais, pessoais e de cultura⁴ (Freyre: 1957, p. 503).

Em razão desses elementos Freyre argumentava que sua análise não estava interessada em explicar a mudança social a

3 Gilberto Freyre argumentava que o método empático de penetrar a realidade social estava filiado à perspectiva compreensiva na sociologia "de descobrir o eu no tu." (Freyre: 1975, p.122) Ele define a empatia como "tendências para sentir o que se sentiria se se estivesse na situação da outra pessoa" (Freyre, 1980, p.59). A opção pela abordagem empática tinha perpassado, segundo Freyre, todos os seus estudos, desde os artigos escritos ainda na adolescência até os últimos quando já idoso. Nisto teria sido ele irredutível (Freyre: 1979, p.33).

4 Segundo Sebastião Vila Nova, William Isaac Thomas (1863-1947) foi uma das principais influências sobre Freyre. Como um dos fundadores da sociologia da cultura nos Estados Unidos, Thomas, professor da Universidade de Chicago, teria sido a referência básica de Freyre (Vila Nova: 1995).

partir da divisão da história de um país em épocas políticas, porque esta seria, segundo Freyre, arbitrária. Os critérios histórico-sociológico e histórico-antropológico são, argumentava ele, os que melhor dão conta dos fenômenos sociais totais por apreenderem as instituições e as tendências sociais e culturais independentemente de períodos políticos.

A escolha da época de 1870 a 1920 se justifica, então, não por aspectos políticos, mas socioculturais. São estes últimos que permitem compreender o processo de transição estabelecido no país naquele momento. O patriarcado agrário:

oficialmente teria morrido de vez no Brasil um ano antes de iniciar-se o período republicano.⁵ Sociologicamente, não morreu: já ferido de morte pela abolição acomodou-se à República federativa quase tão simbioticamente como outrora o patriarcado escravocrático se acomodara ao Império unitário (Freyre: 1962, p. XLVIII).

Gilberto Freyre em *Ordem e progresso* explicava a mudança social através do modo de vida das diversas camadas superiores e inferiores. Ele procurava, através de hábitos, costumes, roupas, alimentação, anúncios de jornais, revoltas políticas, desenvolvimento da indústria e de produtos nacionais, revelar o ambiente urbano, sem deixar de ser patriarcal, que tomava forma. Todas as alterações no país, argumentava ele, ocorriam sob a "permanência de formas sociais que viriam resistindo a mudança de substância cultural: inclusive ética, às vezes confundida com o ethos" (Freyre: 1962, p. CLXVIII).

No ethos não acreditamos que os netos dos Deodoro, dos Benjamim Constant, dos Prudente de Moraes, se venham apresentando muito diversos dos avós: nem no ethos nem nas formas gerais de comportamento. O que se tem alterado – e muito – é o conteúdo ético de que se vêm animado essas formas, sob a pressão de novas condições de contato das regiões do Brasil umas com

5 Jean Duvignaud, analisando a obra de Freyre, afirma que na urgência da hora pela República desabrocha uma consciência específica por "indução e por sucessivas ampliações", o que confere dinamismo à elite e à nação (Duvignaud: 1981, p.71).

as outras e de quase todas com o resto do mundo
(Freyre: 1962, p. CLXVIII).

Articular o passado e o presente e vice-versa era o centro de sua tentativa de compreensão da transição. A leitura do futuro se tornava possível à medida que os traços sobreviventes daquele primeiro fossem elucidados no seu modo de adaptação àquele segundo. A sua preocupação era encontrar os elementos de constância que teriam impossibilitado o caos, o qual, ele tomava, como a anulação da mudança social.

Este é o critério sob o qual vimos tentando um tanto pioneiramente articular o passado social, cultural e psicológico de um povo moderno – o brasileiro – com o seu presente e, em certos pontos, com o seu futuro: o da interdependência desses três tempos, quase sempre sob o comando do passado naquilo em que o passado secreta ou intimamente se mantém como condição contemporânea do presente (Freyre: 1962, p. CLXIX).

O sentido da mudança social consubstanciava com o sentido do tempo brasileiro que se processava em termos de fluência, recorrência e constância. Daí a dificuldade para cronometrar o nosso tempo de modo arbitrário, ou nos moldes europeus e/ou americanos (Freyre: 1973). A confluência de vida que delineia a nossa percepção de existência estaria, para Freyre, diferentemente de outros povos, fundada em rituais associados à renovação da vida e não em uma série “de atividades lógicas e quantitativamente lucrativas” (Freyre: 1975, p.11).

3. Mudança social: ordenação e conservação

Gilberto Freyre, nesta obra, dizia-se convicto de que toda mudança social no Brasil se tinha realizado através da ordenação. Isto significava, em síntese, que a conservação dos elementos definidores do ethos brasileiro fundado no sistema patriarcal de

família, de cultura, de economia, de governo e de religião teria norteado todo processo de modificação pela qual teria passado o país entre 1870 e 1920.

Os traços do sistema que se conservaram não poderiam ser confundidos com quaisquer ordens social, cultural, política, econômica ou étnica, pois eles englobavam todas elas.

Um sistema – ou uma ordem social total – que conservou na República suas formas principais de ser, ou de vir sendo, desenvolvidas durante séculos de relações íntimas – embora nem sempre harmoniosas – ou de interpenetração profunda entre aquelas várias ordens; e quase sempre de complementação ou integração dos seus vários, contraditórios e desiguais progressos, num progresso aparentemente único: o luso-americano, o brasileiro, o nacional (Freyre: 1962, p. XXV).

O equilíbrio entre a ordem nacional e as solicitações de progresso teria proporcionado uma acomodação entre o Império e a República, entre o passado e o futuro. As mudanças sociais que se foram fazendo necessárias reafirmavam constantes psicossociais de conciliação de interesses antigos e novos. O sentido de ordem havia condicionado o sentido de progresso através, principalmente, dos símbolos e dos valores vigentes na sociedade brasileira.

A prevalência de elementos constantes não inviabilizava, no país, as transições, mas marcava, sim, as suas singularidades tendo em vista

à simbiose que aqui se estabilizou, em dias decisivos para a formação nacional, entre a forma monárquica ou autoritária de governo – a forma, é bem de ver, e não a substância – e a organização patriarcal da família: simbiose que em vez de dificultar, favoreceu, sob vários aspectos, o desenvolvimento da população em sociedade sob vários aspectos democrática (Freyre: 1962, p. XXXV).

Com esta afirmação Gilberto Freyre não estava pressupondo que as mudanças sociais que ocorriam, naquele momento, eram despidas de conflitos, pois ele considerava que estes últimos eram atitudes circunscritas por valores e símbolos diferentes entre classes, raças, culturas, regiões e épocas. A sua idéia de ordem social estava fundada no conflito entre valores que lutam para se conservar e/ou se renovar. A existência deste embate é que torna possível, para ele, compreender as épocas de transição, de transformação, de transmutação.

A instalação da República é tomada, por Freyre, como exemplo da plasticidade dos brasileiros diante da mudança. A maioria aderiu a ela, até mesmo os mais conservadores. É por que isto ocorreu? Ele afirma que não foi por apatia como muitos insistem, mas sim pela alta capacidade de temporização, a qual advinha da certeza de que os valores destacados pelo novo regime não estavam em contradição com o idário em vigor. Ou seja, os elementos invisíveis formadores de nossa vida social não estavam sendo postos em questão (Freyre: 1962, p.10), daí a não-necessidade do confronto.

Aceitar a República não significava romper absolutamente com a Monarquia, pois esta tinha possibilitado o desenvolvimento de uma democracia social que antecedia uma democracia somente política e ia muito além dela. Ele criticava a instalação daquela primeira como um movimento levado a termos por

esses burgueses brancos ou quase brancos (...) à base da superioridade técnica de suas armas e empregando-as contra brasileiros de cor, cujo crime vinha principalmente do excesso de uma virtude, não possuída ou revelada por alguns dos mesmos republicanos: a lealdade, a fidelidade, a gratidão. Gratidão ativa e não apenas passiva (Freyre: 1962, p.13).

Tais valores teriam sido formados durante o Império, o que teria beneficiado o regime que se instalou em 1889.

A análise de Freyre, desde o primeiro capítulo da obra *Ordem e progresso*, dava destaque para os elementos considerados, por ele, constantes no processo de transição da Monarquia para a

República. O papel dos mesmos teria sido de definição do caráter das mudanças sociais ocorridas no final do século XIX. A permanência de certos traços em regimes políticos distintos era denominada de constantes no interior de um processo em modificação.

Dentre as constantes apontadas ele destacou as seguintes: a manutenção da ordem nacional, portanto, o combate à desordem, ao exagero e à utopia, a conciliação do passado com o futuro e a conservação de uma dada forma social. A consolidação da República, por Floriano Peixoto, através de métodos ásperos contra aqueles que defendiam a volta da Monarquia, somente foi possível tendo em vista a constante da ordem nacional que ganhou sua forma mais acabada durante o Império. A junção da ordenança com a mística da unidade deu subsídio aos republicanos que se empenhavam em uma integração do país.

A República emergente buscava, então, conciliar o passado com o futuro através da constante de ordem. Ocorria um encontro entre o modernismo republicano e o arcaísmo monárquico (Freyre: 1962, p. 26).

Os acontecimentos revolucionários de 89 em grande parte absorvidos ainda quentes e até crus pela constante com que instintivamente conservadora da sociedade brasileira, tão ágil às vezes, sob a aparência de inércia ou apatia, em assimilar inovações, como foi a República ao seu modo de ser presente ainda passado: e passado quase sempre disposto a entrar em confabulações com o futuro⁶ (Freyre: 1962, p.26).

O combate à desordem e à utopia alcançou um efeito significativo nos primeiros anos da República não somente por imposição de seus condutores, mas, principalmente, pelo enraizamento no espírito da população de forte sentimento de ordenança, de integridade e unidade nacional que não se desfez com o descontentamento social, e não estritamente político, que se abateu sobre as várias camadas da população.

6 "O que mostra ser sempre necessário ao homem distinguir no passado o que é efêmero do que pode transformar-se em futuro, quase à revelia do presente" (Freyre: 1975, p. xlii).

O problema não era com o Império, tanto que a República nascente se fortificou extraindo do passado nossas singularidades. Isto foi possível através da revalorização do que existia de particularmente brasileiro em nossa formação colonial, ou seja, uma nação a seu modo aristocrática, mas etnicamente democrática, que até 1889 tinha conseguido uma unidade nacional através da conservação monárquica que conseguiu fazer da ordem uma mística político-social.

A idéia de conservação alinhavava toda a discussão de Freyre sobre a mudança. O passado se consubstanciava no futuro tendo em vista a manutenção de uma dada forma social. Para ele, a República era a continuação sociológica do Império, o que era visível no contínuo jogo entre dois aparentes contrários: a ordem e o progresso (Freyre: 1962, p.36).

A conciliação dos antagonismos levou, segundo Freyre, a um processo de conservação e de mudança ao mesmo tempo. Isto propiciou uma transição que procurou manter o que havia de positivo no regime anterior.

O exército desempenhava na nova ordem política o papel da coroa monárquica, situando-se, como poder supra partidário, acima das lutas entre positivistas e não-positivistas, entre republicanos históricos e adesistas, entre republicanos e monarquistas; e procurando prestigiar, nesses conflitos, o interesse nacional contra o subnacional (Freyre: 1962, p.50).

O passado reagia, positivamente, aos desafios do futuro, o que era considerado altamente benéfico por Freyre.

Vinha assim a República deixando-se influenciar no seu modo de ser futuro por aquela maneira de ser o Brasil, além de passado, presente. Um presente sempre entre nós: a presença da Monarquia na República através de conselheiros, barões, viscondes que, em responsabilidades republicanas de governo, reataram tradições de ordem ou unidade nacional vindas do Império, conciliando-as – a grande obra das presidências Rodrigues Alves e Afonso

Pena – com os arrojos da República no sentido de progresso material (Freyre: 1962, p.80).

Havia, para Freyre, traços em nosso passado germinal que não tinham sido e não deveriam, de fato, ter sido abandonados porque isto é que nos garantia a própria unidade nacional em termos de valores, sentimentos, idéias e objetivos. A República demonstrava, neste caso, os mesmos impulsos, as mesmas tendências da Monarquia para a conciliação de antagonismos e para a conservação da ordem. Isto demonstra uma forma de vivenciar o tempo centrada muito mais na coexistência do que na sucessão.

As sobrevivências do passado que Freyre destacava eram detectadas, principalmente, no âmbito sociocultural, tanto que as características constantes na esfera política estavam quase sempre ancoradas neste último. A permanência do passado no presente era analisada através de elementos pouco convencionais, ou seja, desde os jogos de infância que representavam a socialização da criança pela rua no espaço de tempo entre a escola e a casa, passando pelas modinhas, contos de assombrações, lembranças de prostitutas francesas até o conjunto de símbolos (roupas, cabelos, barbas, etc.) que, para ele, eram "reguladores ou ordenadores das relações de poder entre os sexos e entre os grupos econômicos" (Freyre: 1962, p.123).

A prolongação dos elementos do âmbito sociocultural do sistema patriarcal para dentro da República era pensado, por ele, como benéfico e ajustado às nossas singularidades.⁷ Ou seja, fazia parte de nossas sagacidades a compreensão do que era "valor estrutural brasileiro capaz de transformar-se lentamente se não em novo conjunto, em nova combinação de formas sociais" (Freyre: 1962, p.134).

A combinação do patriarcal monárquico com o patriarcal republicano definiu, afirmava Freyre, o processo de transição. O

⁷ "Os processos de mudança são, com freqüência, fenômenos de poder, na evolução das sociedades. E o controle da mudança, por sua vez, quase sempre aparece como fenômeno político (ele não diz respeito, somente, ao poder em geral, como poder econômico, social ou cultural, indiretamente político; mas, também, ao poder especificamente político" (Fernandes: 1979, p.49).

patriarcalismo, enquanto sistema, teria conseguido afeição do regime político em vigência até 1889. Ele lutava para conseguir o mesmo feito com a República que se instalava. A mudança política e de superfície e não social e em profundidade tinha como fundamento a manutenção da organização monárquico-patriarcal.

Deodoro (...) não agiria, à frente do Governo Provisório, senão no sentido de tornar evidente a modificação política e de superfície, e não social e em profundidade, trazida pela República sob o seu amparo, o de Ruy Barbosa e o do Barão de Lucena; e diferente da República socialmente revolucionária desejada pelos positivistas. Os republicanos do primeiro feitio é evidente que bastavam ao Brasil, como modificação social em profundidade, a trazida pela abolição. (...) No mais é também evidente, pelo que transparece dos seus atos e até de suas palavras, ter-lhes parecido sensato ou prudente continuar o Brasil republicano a ser, no essencial da sua organização social, o mesmo Brasil monárquico incluindo-se nesse essencial, todo um conjunto de símbolos (...) (Freyre: 1962, p.123).

A sensatez republicana em torno de uma mudança política de superfície e arraigada em insignias de sexo, raça e de classe dava, para Freyre, prova cabal de que a sociedade brasileira era democrática em sua estrutura. Era isto que teria permitido, ademais, a emergência de homens com capacidade de reconhecer a importância do sistema sociocultural desenvolvido ao longo de vários séculos no país, o que amenizou os conflitos e antagonismos presentes na transição.

A legitimidade de uma mudança nesses termos estava no fato de que ela se assentava em nossos costumes e tradições. Este é um modo, por excelência, de exaltar as sobrevivências do passado no presente (Mannheim: 1986, p.125) em termos de conservação da ordem (Nisbet: 1970, p.73). Sua busca incessante de situar a questão da mudança da Monarquia para a República e do trabalho escravo para o trabalho livre no âmbito da prolongação constante e ininterrupta da organização social, fundada no sistema

patriarcal, permite considerar Gilberto Freyre um devoto do passado.

A combinação de novas formas sociais com os valores estruturalmente sedimentados no país teria sido definidora de nossas singularidades nos processos de modificações que aqui se fizeram presentes. Este equilíbrio foi possível tendo em vista que o Brasil contou com homens preocupados uns com a ordem (Cotegipe, por exemplo) e outros com o progresso fundamentalmente, o que era o caso de Rodrigues Alves.

O modo de combinação da ordem e do progresso teria resultado na possibilidade de consagração de constantes culturais que se enraizavam no período colonial.

Ao procurarmos considerar as relações da República de 89 com o que foi progresso ou desenvolvimento cultural, quer no Brasil dos últimos anos do Império, quer no já republicano na aparência mas ainda monárquico nas sobrevivências mais íntimas — inclusive as de forma de convivência — o sentido que atribuímos ao adjetivo cultural é o compreensivamente sociológico. Designado, portanto, todo um conjunto de valores e de estilos, de técnicas e de hábitos; e não apenas referindo-se aos primores de ciência, de arte e de literatura (Freyre: 1962, p.141).

Freyre operava com uma noção de progresso relativo que não significava a busca por melhorias messiânicas. Ele defendia progressos neutralizados por sentidos, se necessário, até opostos aos do melhorista. A crença na repentina regeneração nacional nunca teria tomado totalmente os nossos espíritos, o que revelava uma sabedoria no processo de busca de adaptações lentas às mudanças sociais trazidas pela República.

A sedimentação de atitudes e comportamentos nestes termos somente era possível porque os brasileiros não repudiavam a intromissão do futuro no seu presente, desde que não implicasse repúdio ao passado (Freyre: 1962, p. 142). Esta necessidade de articular tempos diferentes levava a combinações que poderiam

parecer inusitadas para outras sociedades.⁸ Conferir ao presidente algo de imperador constitucional pode ser citado como exemplo do que ocorreu, sem causar espanto a qualquer um, no Brasil.

A sabedoria em conciliar o progresso cultural com a ordem social era a melhor herança que a República teria recebido do Império, segundo ele. A não-restrição, por condições étnicas e sociais, do aprendizado de novas técnicas e de novas formas de trabalho que utilizassem máquinas sofisticadas, etc., era indicação de que a República dava prosseguimento a nossa tradição de democracia social que se pautava na crença de que todos os homens eram capazes de assimilação de uma cultura inovadora.

“Compreende-se assim que essas infiltrações de caráter amplamente cultural tenham-se verificado no Brasil, sem dependerem nem de um regime político nem de um sistema de trabalho que diretamente as favorecessem” (Freyre: 1962, p. 157). Este é um dado essencial na teoria da mudança social em Gilberto Freyre à medida que ele define uma forma de conceber um processo social marcado por elementos preexistentes a nossa organização política. Em última instância a modificação do regime político não teria como subverter a organização social, pois é ela a definidora, a cerceadora, a limitadora do modo de alteração política.

A transição pela qual o Brasil passou alterava a vida social, a política, a cultural, a literária, a artística, etc., mas não modificava em essência o modo de ser do brasileiro que estava ancorado em um passado ordenador, conciliador e democrático ao mesmo tempo.

4. A transição como expressão da conciliação entre tempos sociais contraditórios e antagônicos

Gilberto Freyre insistia que sociologicamente falando a instauração da República teria levado a menores alterações na sociedade brasileira do que a abolição. Esta última teria, de fato,

⁸ Gilberto Freyre assinalava: “Aí salienta-se o seguinte: o espaço e o tempo apresentam denominadores comuns: um e outro são quantificados pela sociedade e pela cultura dessa sociedade. São duas categorias mensuráveis e limitáveis que podem ser decompostas de diferentes maneiras” (Freyre: 1975, p. xxxii).

introduzido modificações de grande significado em nossa organização social e econômica. Porém, tanto com relação à primeira quanto com relação à segunda, o grande segredo da análise é o desvendamento do modo como foram operados os ajustes entre tempos e formas sociais diversos.

Ao pretender dar continuidade à ordem social estabelecida pela Monarquia, a República de 1889 não teve outra escolha a não ser conservar a forma social do antigo regime, a qual estava assentada em uma configuração paternalista. Combinava-se, assim, esta última com uma nova substância. Isso ocorria, portanto, como algo inevitável. Ou seja, a estruturação da sociedade brasileira desde nossa formação teria levado fatalmente a este tipo de arranjo.

O Império já teria inaugurado um sistema monárquico-parlamentar de governo muito próximo do que viria a ser a República de 1889. Esta última "constituíra-se em simbiose liberal-patriarcal, por um lado, e por outro, em combinação autoritário-democrática" (Freyre: 1962, p. 298). Não havia outra saída para o país senão o tipo de mudança que operava um imbricamento absoluto entre o futuro, o presente e o passado.

Coube à República assim como coubera ao Império encontrar um modo político exclusivamente brasileiro de colocar limites aos excessos de liberalismo, de autoritarismo, de positivismo e de modernismo político. O imperador, por exemplo, buscou meios de limitar o poder patriarcal através do poder moderador, uma forma de contenção dos excessos que revelava um jogo político sociologicamente muito interessante, argumentava Freyre. Os patriarcas se dividiam em partidos, obedecendo a interesses intra-regionais, mas a divergência não atingia o âmbito nacional, pois neste o imperador equilibrava o choque entre eles

— de uns com os outros e de todos, ou quase todos eles, como classe com a gente miúda, com a servil, com a escrava, protegida por vezes contra os excessos dos senhores ou dos aristocratas, pela Coroa, cujas atitudes chegaram a ser paradoxalmente liberais ao mesmo tempo que suprapaternalistas (Freyre: 1962, p. 299).

O paternalismo da coroa e o paternalismo das casas-grandes foram abalados em 1889 e 1888 respectivamente. Mas isso não golpeou os mesmos de morte, pois

sociologicamente (...) – isto é, como formas – tanto um como o outro (...) sobreviveram (...): no presidente da República, que teve de conformar-se em continuar sob vários aspectos a ser o que o Imperador fora durante a Monarquia; no Exército Nacional, que passou a desempenhar funções supra-partidárias e superiormente nacionais de conciliador e pacificador dos brasileiros divididos por ódios de partido ou antagonismos de interesses subnacionais; nos chamados ‘coronéis’ cujas mãos de chefes mais que políticos do interior reuniram parte considerável da herança dos antigos barões do Império: alguns quase feudais em seu modo de ser patriarcais (Freyre: 1962, p.300).

Um outro dado essencial, para Gilberto Freyre, estava no fato de que, com a República, o prestígio nacional do Exército cresceu de modo considerável, o que levou a um processo de mudança significativo à medida que aumentou o número de brasileiros de origem modesta e de cor que passaram a estudar em escolas militares. As suas formações possibilitaram que eles rivalizassem com os bacharéis no exercício de cargos públicos. Isso significou uma reforma social e política, pois as insatisfações foram amenizadas gradativamente.

Insista-se neste ponto – que o ensino militar superior tenha contribuído, desde o Império, para a democratização social e étnica do Brasil, pelas oportunidades, não que criou, mas que estendeu, de acesso às altas responsabilidades nacionais, de homens que, sem o mesmo ensino, dificilmente teriam adquirido a instrução necessária ou essencial à sua ascensão ao poder político e ao prestígio social (...) (Freyre: 1962, p.325).

Na obra *Ordem e progresso* há uma preocupação com as manifestações dos agentes sociais como construtores da mudança em razão de suas insatisfações sociais. Daí o destaque que Freyre dava aos mestiços e aos bacharéis, de um lado, e, de outro, aos reformadores sociais (Joaquim Nabuco, por exemplo) vindos de meios aristocráticos que plantaram, no seu entender, as melhores sementes para o estabelecimento de novas configurações sociais.

Outro elemento indicativo da combinação de tempos e formas sociais diferentes teria sido a extensão, a partir de 1889, do ensino técnico que propiciou uma valorização do trabalho manual e, concomitantemente, de uma consciência proletária que já se esboçava desde os tempos coloniais e que não se desenvolvera mais tendo em vista a não-existência da indústria, por exemplo. As condições de desenvolvimento dessa consciência não de classe mas profissional (de aptidão, capacidade e dedicação), no entanto, estavam plenamente colocadas desde a nossa formação, argumenta Freyre.

No primeiro capítulo do tomo II da obra *Ordem e progresso* há uma insistência de que com a República de 1889 ocorreu

um progresso da democratização étnica, através das oportunidades não que o 15 de Novembro criou — pois elas já eram flagrante realidade — mas, de certo modo, estendeu, de ascensão social, em geral, e especificamente política, em particular, a homens de cor, a mestiços de africanos, aos próprios negros retintamente pretos, valorizados uns pela instrução, outros pela situação econômica, ainda outros por serviços militares prestados ao novo regime (Freyre: 1962, p. 345).

Freyre alertava que a análise sociológica da mudança social não pode se ater em datas e/ou períodos como se neles ocorressem de modo estanque as modificações, as quais se desenvolvem espraiadas e às vezes até imperceptivelmente a um primeiro olhar.

Nenhum regime ou sistema, nem econômico — como o de trabalho — nem político — como o de governo — se

deixa substituir de todo por outro, da noite para o dia; e na vida das instituições, essa transição dura às vezes tanto, em suas contemporizações de natureza sociológica, que as datas de registro do fim deste regime ou de começo daquele sistema, não significam, em sua pureza ou rigidez cronológica, senão mudanças de superfície. As verdadeiras transformações se verificam num ritmo que não sendo nem cronológico nem sequer lógico é principalmente psicológico, além de sociológico (Freyre: 1962, p. 387).

Levando-se em conta esses elementos, o estudo das transições deve sempre, para ele, operar com a imbricação de tempos e formas sociais à medida que eles não somente revelam as mudanças de superfície como também oferecem as melhores pistas para a compreensão da extensão das modificações e das ratificações, enquanto processo sociocultural. No âmbito econômico, por exemplo, Freyre argumenta que a República “nasceu penetrada pela Monarquia. Antimonárquica principalmente no superficial; continuadora da Monarquia, em grande parte do essencial” (Freyre: 1962, p. 388).

Em que âmbito era perceptível que no essencial havia uma continuação? Gilberto Freyre argumentava que na esfera das atitudes e nos resultados das novas medidas era visível a consubstancialidade entre os dois regimes, ou seja, o que sucumbia e o que emergia. A possibilidade de manutenção de uma maneira de agir e decidir no exercício do cargo público, mesmo após 1889, era mérito da ordem econômica imperial que teria sabido não somente equilibrar antagonismos e contradições como subsidiar a arte política da conciliação e da contemporização (Freyre: 1962, p. 390).

Exemplo deste processo teria sido a

transferência de hegemonia econômica e política das subáreas, ainda escravocráticas, de açúcar, para a subárea neo-aristocrática, de São Paulo, com suas vastas fazendas de café: a transmigração de todo um

conjunto de formas, de normas, de ritos sociais, expressivos de um viver, de um sentir e de um pensar patriarcalmente aristocrático, do Norte para a subárea paulista do Império (Freyre: 1962, p. 392).

A mudança é pensada, por Freyre, como uma transfiguração que absorve e assimila ao mesmo tempo as substâncias sócio-étnico-culturais. É isso que ele denomina de transmigração sociológica, a qual trouxe benefícios e malefícios ao mesmo tempo. Os primeiros foram mencionados nos dois últimos parágrafos, os segundos podem ser sintetizados na dificuldade de formação de um novo federalismo e de uma economia genuinamente nacional baseada em critérios inter-regionais. As tendências estadualistas não neutralizadas nos paulistas, por exemplo, teriam sido responsáveis por inúmeros equívocos e desequilíbrios.

O Estado de São Paulo tornou-se altamente desenvolvido economicamente não apenas por si mesmo, mas por se beneficiar dos valores democráticos trazidos do norte agrário, os quais se consubstanciavam adequadamente com a industrialização que despontava. "Democracia etnicossocial e até sócioeconômica mais que política, é bem de ver, mas democracia. A democracia para a qual vinham contribuindo fatos anteriores à abolição" (Freyre: 1962, p. 399).

Nessas condições Freyre destaca que o progresso industrial no Brasil se fazia singularmente contraditório em um tempo social e psicológico próprio, ou seja, sem se ritmar com os demais países. O tempo brasileiro no início do século XX era concomitantemente industrial, agrário e aristocrático. Temos aqui, então, um terceiro tempo, ou seja, um tempo propriamente nosso que diferia do tempo americano e/ou europeu. Durante o processo de transição a dificuldade estava em realizar, neste tempo brasileiro,⁹ uma valorização da pessoa e não somente do dinheiro, do café e da indústria. Nesse aspecto, a República retrocedeu em relação à Monarquia, afirmava Freyre.

⁹ Para Freyre, no Brasil, dever-se-iam recusar as proposições de progresso (como as dos Estados Unidos e Rússia) que situavam de "modo absoluto o tempo-econômico acima do tempo-vida" (Freyre: 1975, p. XXXVII).

Em *Ordem e progresso* era visível uma preocupação com a natureza da industrialização que se estabelecia. Nesse caso, ele insistia que o progresso que se deveria almejar não deveria levar a uma desestruturação da ordem social e política do país. O desenvolvimento da indústria agrícola era tido como a base de qualquer outra industrialização. As desordens e os crimes que poderiam originar de um processo desordenado e desconectado de nossa realidade nos levaria a uma situação paradoxal, ou seja, ao antiprogresso.

A preocupação de Freyre era com a estruturação de um progresso fundado, ao mesmo tempo, na indústria e na agricultura. Para ele, Ruy Barbosa, mesmo tendo sido um desastrado, tinha o mérito de considerar o desenvolvimento nestes termos. No entanto, o que faltou à República foi um programa de valorização dos homens que complementasse a valorização das coisas (Freyre: 1962, p. 490). E isto somente a integração do progresso urbano com o progresso agrícola poderia nos dar dentro de um tempo propriamente brasileiro.

Ele argumentava que a mística brasileira ter-se-ia inclinado ao americanismo,

quer como ritmo de tempo social, quer como técnica ou processo de ocupação de espaço também social; ou de domínio sobre o espaço físico. Ritmo, processo e domínio, sôfregos antes de superfície que de profundidade, comprometeram a possível exceção em que o Brasil poderia ter-se consolidado na América, em virtude da Monarquia e da ordem ao mesmo tempo aristocrática e democrática desenvolvida à sua sombra e dentro de um tempo social diferente do americano (Freyre: 1962, p. 490).

A singularidade brasileira estava exatamente no fato de que tínhamos tido um passado progressivo. O Império teria que ser analisado nestes termos. E ainda mais, dizia ele, tudo o que se estava constituindo em progresso na República tinha base no regime político que lhe antecedeu.

5. A “dissolução de um futuro em passado”

Com a intenção de refletir sobre a República vinte anos depois de sua implantação, Gilberto Freyre argumentava que

nada mais expressivo da relatividade dos tempos que a fácil dissolução dos futuros em passados, deixando em insignificância os presentes: os tempos presentes. A República de 89 foi resposta (...) ao desafio de um futuro: o futuro americano e democrático do Brasil, que alguns brasileiros do fim do século XIX supunham, sinceramente, contrariado ou impedido pela Monarquia: sobretudo pela Monarquia escravocrática (Freyre: 1962, p. 608).

As respostas, no entanto, teriam sido construídas ao longo de, no mínimo, duas décadas. O Manifesto Republicano e a Lei do Ventre Livre podem ser citados como expressivas manifestações que tinham desafiado o presente em nome de um determinado futuro às vezes possível, às vezes messiânico, às vezes utópico. Para Freyre, o futuro era estruturado enquanto proposição em camadas que se moviam sobre o passado e o presente. Ele seria de natureza realizável à medida que conseguisse estabelecer uma conexão entre tempos distintos. Seria de natureza utopista quando aparecia descolado de nossas heranças sócio-político-culturais.

Havia uma sobreposição de naturezas nas proposições sobre um mesmo futuro. Em razão disto, e especialmente, em torno da política e da economia eram construídas as diversas propostas. As medidas, visando a solucionar os problemas nacionais, quando levadas a termos, definiam o sentido do futuro e faziam deste, em pouco tempo, passado.

Em 1910 esse quase ex-futuro messiânico já começara há anos a ser passado – e passado sob alguns aspectos remoto – sem que nas soluções dos utopistas de 15 de novembro para os problemas nacionais encontrassem seus novos analistas ou seus novos críticos, já distanciados trinta anos daquela revolução, exata

correspondência com as necessidades brasileiras
(Freyre: 1962, p. 608).

O futuro, com o despontar do movimento republicano, passou a ser uma série de promessas em torno de perspectivas diferenciadas dos Deodoro da Fonseca, dos Floriano Peixoto, dos Benjamim Constant, dos Silva Jardim, dos Quintino Bocayuva, dos Prudente de Moraes, etc. Os incômodos em torno de suas possibilidades teriam sido amenizados através da sua subsecutiva dissolução no passado. O reconhecimento desse processo somente se tornou possível quando a República deixou de ser "simples atualidade para tornar-se passado. Passado já susceptível de análise retrospectiva; de avaliação; de interpretação" (Freyre: 1962, p. 609).

As orientações messiânicas e utopistas teriam sido amenizadas pela orientação moderada daqueles condutores do movimento republicano influenciados pela experiência monárquica que se projetava fortemente sobre eles. Freyre insistia que quem teria, de fato, influenciado o processo de mudança social que ocorreu no final do século XIX e início do seguinte foram os brasileiros ao mesmo tempo conservadores e revolucionários. Joaquim Nabuco, Ruy Barbosa e José Maria da Silva Paranhos eram exemplos disto.

Pode-se pensar, de imediato, que ser conservador e revolucionário ao mesmo tempo seria um contra-senso, mas não o era para Freyre que se autodefinia dessa maneira inclusive (Freyre: 1972; 1972^a; 1970). Este modo político de ser não indicava a não-existência de contradição. Mas sim a possibilidade de conciliar esta última de forma fecunda.

A predominância de homens, na transição para a República, com sensibilidade para mudar e conservar ao mesmo tempo, teria propiciado ao país a absorção de ódios, confrontos e conflitos de toda natureza. A consolidação do novo regime, na época de Floriano Peixoto, principalmente, teria sido plena de ódio entre os brasileiros. Mas, afirma Freyre, isto ia totalmente contra a nossa índole cordata e conciliadora (Freyre: 1962, p. 613).

A nossa índole anti-confronto teria sido definida, principalmente, através dos métodos políticos do Império que estavam pautados na solução lenta dos problemas políticos e sociais (Freyre: 1962, p. 613). A constância de cordialidade intranacional levou sempre a saídas mediadoras para o país. Isto não significava, porém, que não tivesse havido, em alguns momentos, destoamento. Ou seja, surgiram conflitos nos moldes de canudos que colocaram em questão aquela cordialidade. Mas não por ser um movimento revolucionário, pois ele não o era. No seu sentido político, afirmava Freyre, ele foi sim extremamente conservador à medida que reafirmava valores tradicionais.

Canudos foi a ponta extrema de um fascínio que o Império e o patriarcalismo continuaram a exercer sobre pobres e negros que tiveram suas condições de vida pioradas com a República.

Destaque-se do conservadorismo ou do tradicionalismo com que Antônio Conselheiro pretendia valorizar no Brasil o culto do pai (pontífice, príncipe, pai), contra os excessos de um republicanismo a seu ver demagógico, anárquico e anti-religioso que, em certos pontos, coincidia com o conservantismo ou o tradicionalismo de brasileiros de elite, que se vinham desencantando com a República de 89 (Freyre: 1962, p. 159).

Assistia-se, então, ao desenvolvimento de um foco de anticordialidade que não se pautava no rompimento com os valores tradicionais, mas os reafirmavam intermitentemente.

O arraial de Canudos não deixou de marcar um triunfo brasileiro: a organização de sertanejos das mais diversas procedências num grupo a que não faltou, entre outras virtudes, necessárias tanto ao progresso como à ordem de uma comunidade, a disciplina social. Donde poder dizer-se do famoso arraial que, se por algum tempo comprometeu a estabilidade da República brasileira e contrariou o seu progresso mais ostensivo, visto a distância, parece ter sido sobretudo uma afirmação de vitalidade de parte de um grupo tão sociologicamente significativo de brasileiros quanto o dos bravos soldados nacionais que, cumprindo um duro dever, subjugaram-

no, integrando-o na sociedade nacional. Reconciliou-se desde então o sertanejo do norte com a República repelida pela sua lealdade de homem desde a era colonial habituado a obedecer a um Rei, quando muito, a uma Rainha (Freyre: 1962, p. 742).

No que tange aos problemas sociais não se poderia supor, segundo Freyre, que eles tivessem emergido com a República, pura e simplesmente. Mas sim que vinham de longe no tempo e desafiavam, naquele momento, o novo regime exigindo respostas. Estas reafirmavam práticas anteriores. O sistema de proteção dos pobres pelos ricos, por exemplo, adotado pelos católicos, foi algo conservado do Império. A relação entre dirigentes e dirigidos se manteve naquilo que havia de essencial. Ou seja, em *Ordem e progresso* aparece como benéfica a sobrevivência da tradição do poder pessoal que a República conservou do Império no trato da questão social. Mesmo o caciquismo que era tido como uma forma exagerada de poder pessoal teria sobrevivido de modo elegante e moderado à medida que se depurou dos próprios estilos patriarcais (Freyre: 1962, p. 625).

6. Considerações finais

Freyre destacava que este processo de continuidades que se estabeleceu no período da transição trouxe também alguns problemas sem qualquer dúvida. A partir dessas condições os homens públicos (Ruy Barbosa, por exemplo) nas primeiras décadas da República, por exemplo, tinham dificuldades em valorizar os agentes sociais novos que emergiam naquele momento.

Eram (eles) tão eficazes em seus esforços, por vezes autoritários e quase ditatoriais, de valorização de coisas nacionais ou regionais; mas tão hesitantes e até flutuantes, com relação à então já mais que necessária proteção ao trabalhador, ao operário, ao empregado nas indústrias, nas construções ferroviárias, em obras oficiais

e semi-oficiais de modernização do país (Freyre: 1962, p. 627).

O café, os homens de letras, a profissão de industrial foram amplamente valorizados. O protecionismo industrial trazido pela República potencializou a valorização desta última, o que foi saudável sob vários pontos de vista.

A República de 1889 foi, nas décadas que se seguiram, livrando-se do anticlericalismo e de suas intenções utópicas e messiânicas. Seus primeiros tempos, analisados 20 anos depois, se confundiam com o período monárquico e demonstravam que do passado nacional, do passado brasileiro fazia parte também a própria República. Mesmo alguns propagandistas insistindo que esta última enquanto ideal era parte de um contínuo presente, o movimento de sua implementação com todas as suas promessas e expectativas era dissolvido num passado como os demais, argumentava Freyre.

"Não que a República de 89 não tivesse significado uma experiência nova para o Brasil: significara. Mas menos do que imaginara o messianismo dos seus propagandistas cândidos" (Freyre: 1962, p. 688), tais como: Silva Jardim, Saldanha Marinho, Martins Júnior e Prudente de Moraes.

O ideal de progresso, na segunda década do século XX, estava já totalmente moldado pelas exigências da ordem econômica e social brasileira. Desmistificava-se, assim, a perspectiva de que a República se tornaria uma experiência que se distanciaria completamente do passado. Ela mesma tornou-se parte deste último à medida que tomou ciência de que somente era viável se conseguisse se enquadrar no âmbito daquela ordem. Freyre afirma ainda que a idéia de uma República absolutamente distinta do nosso passado monárquico é definitivamente suplantada nas primeiras décadas após a sua implantação.

Isso era visível até mesmo no modo do novo regime tratar os problemas sociais, ou seja, tal como o Império ele não os conseguia resolver, apenas os contornava. Um dos debates mais contundentes desde a sua implantação era sobre a capacidade política de a República cumprir a parte social de seu programa. A questão

amplamente destacada era a dificuldade de o novo regime se colocar num plano que não reproduzisse somente alguns interesses.

Não se pode supor que as críticas à atuação social da República vinham necessariamente de indivíduos preocupados com a transformação da ordem, pois tínhamos aqueles que se apavoravam diante dos problemas do trabalhador urbano e temiam que, se não fosse dada a devida atenção a eles, o país poderia ser levado ao anarquismo socialista.

Segundo Gilberto Freyre, era necessário ressaltar que os críticos ao alheamento da República à situação do trabalhador, incluindo aqui os próprios positivistas, defendiam a conciliação “de condições de ordem com as condições de progresso” (Freyre: 1962, p. 727). Criar meios de evitar a radicalização dos trabalhadores urbanos passava a ser, então, uma das preocupações centrais daqueles que estavam descontentes com os rumos do novo regime.

O dilema era, no entanto, dado pelo modo de implantação e condução da República. Segundo os positivistas, esta última não estava conseguindo implementar a contento um regime científico-industrial que conciliasse os interesses díspares que este processo impunha necessariamente. As perturbações vinham do fato de que parte dos executores das metas republicanas tinham saído de partidos monarquistas. Freyre argumenta que era quase natural que suas políticas pouco diferenciassem do regime anterior, ou seja, “modificando apenas naquilo que a índole do povo brasileiro e a situação republicana lhes tornassem impossível” (Freyre: 1962, p. 727).

A condução do processo político era operada, argumentavam alguns positivistas, não por meio de um chefe popular no governo mas de um ditador, o que era responsável pelo modo de atuação da República em face da questão social. Freyre afirma que

o bom teria sido – segundo os positivistas brasileiros chefiados por Miguel Lemos (Lemos: 1990) e Teixeira Mendes (Mendes: 1913) – que o próprio Imperador tivesse tido a iniciativa de ‘transformar a Monarquia constitucional em ditadura republicana’ (Freyre: 1962, p. 728).

Segundo Gilberto Freyre, os positivistas¹⁰ consideravam que

em face da questão social, um governo republicano assim ditatorial teria agido com mais desembaraço do que através de um regime travado por escrúpulos de caráter constitucionalista e legalista: escrúpulos que, por força da tradição monárquica atuaram poderosamente sobre os não positivistas da República de 89 (Freyre: 1962, p. 728).

As reflexões acerca da valorização ou não do trabalhador ocupavam os monarquistas¹¹, os católicos¹², os positivistas, dentre outros, como se ela fosse um dos mais importantes problemas nacionais, que só não era maior que o da desorganização entre patrão e empregado. No entanto, assinala Freyre, aqueles últimos não fizeram, no transcorrer das primeiras décadas republicanas nada de concreto para a solução de tal questão.

Foram particulares, de orientação católica, (...) que concorreram, dentro de seus limites, para aquela valorização, desatendida de modo como que sistemático por um regime político cujo empenho máximo, em assuntos de valorização, concentrou-se na do café (Freyre: 1962, p. 728).

A análise de Freyre indicava que, em termos de valorização de pessoas, o novo regime instalado em 1889 era mais devedor que o anterior. Ocorreu, no entanto, um progresso desordenado e marcado por grandes problemas que não foram atacados como deveriam pela República. Dentre eles, estava o problema das indústrias, da desarticulação entre industriais e operários, dos eleitores que não acompanhavam as questões da política, da agricultura que não se modernizava, etc.

Um dado essencial deste período de transição foi a valorização extrema da ciência, o que levou a um processo de glorificação dos setores médios em detrimento das massas, que

10 Gilberto Freyre não discute as diferenças existentes entre os positivistas, apenas apresenta as linhas gerais de seus posicionamentos.

11 Conforme Manifesto de Dom Luiz.

12 Conforme atuação de Luís Tarquínio, na Bahia.

tinham sido mais bem consideradas no Império, segundo Freyre. A mística do que era científico tomou conta de tudo e de todos, tanto que "em 1909, ao aparecer, risonho e eufórico, numa das ruas do Rio de Janeiro, como presidente da República, Nilo Peçanha foi saudado por um homem do povo com as palavras: Eita, homem científico" (Freyre: 1962, p. 743).

Referências bibliográficas

ANJOS, João A. dos. "A história de vida em *Ordem & progresso*". *Ciência & Trópico*, Recife, V.24, n.1, p.29-37, jan./jun.1996.

BASTOS, E. R. "Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira". São Paulo, PUC, 1986. Tese de doutoramento.

_____. "Iberismo na obra de Gilberto Freyre". *Revista USP*, São Paulo, n.38, p.49-57, jun./ago.1998.

CÂNDIDO, A. Aquele Gilberto. In: *Recortes*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p.82-3.

DUVIGNAUD, Jean. Gilberto Freyre, sociólogo humanista. In: *Gilberto Freyre na UNB*. Brasília: UNB, 1981.

FERNANDES, F. *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.

FREYRE, Gilberto. *Além do apenas moderno*: Sugestões em torno de possíveis futuros do homem, em geral, e do homem brasileiro, em particular. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1973.

_____. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1994.

_____. *O brasileiro entre os outros hispanos*. Afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1975.

_____. apud O fiel do poder moderador. *Veja*, São Paulo, n.198, p.40-49, 21 jun.1972.

- _____. *Ordem e progresso*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1962.
- _____. *Realidade brasileira*. Rio de Janeiro, Bloch/Fename, 1980.
- _____. apud Sábios e políticos. *Veja*, São Paulo, n.194, p.16, 24 maio 1972^a.
- _____. "Se fosse jovem, seria hippie". *Veja*, São Paulo, n.84, p.3-6, 15 abr.1970
- _____. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1961.
- _____. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. Rio de Janeiro: J.Olympio, 1957. T.1.
- _____. *Sociologia: introdução ao estudo dos seus princípios*. Rio de Janeiro, J. Olympio, 1962^a. T. 2.
- _____. *Tempo de aprendiz: artigos publicados em jornais na adolescência e na primeira mocidade do autor (1918 -1926)*. São Paulo: Ibrasa, 1979.
- _____. *Vida social no Brasil nos meados do século XIX*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1977.
- LEMOS, M. *Primeira circular anual*. Rio de Janeiro, Apostolado positivista no Brasil, 1900.
- MANNHEIM, K. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. de S. (Org.) *Introdução crítica à sociologia rural*. São Paulo: Hucitec, 1986. P.77-131.
- MENDES, R. Teixeira. *O Império brasileiro e a República perante a regeneração social*. Rio de Janeiro: Typ. Actualidades, 1913.
- NISBET, R. Conservatism and sociology. In: *Tradition and revolt*. New York: Vintage Books, 1970. p.73-89.
- VILLAS BOAS, G. O tempo da casa-grande. *Dados*, Rio de Janeiro, V.31, n.3, p.343-355, 1988.

Maria José Rezende

VILA NOVA, S. *Sociologia & Pós-Sociologia em Gilberto Freyre.*
Algumas fontes e afinidades teóricas e metodológicas do seu
pensamento. Recife: Massangana, 1995.

